

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

1

## TERRITORIALIDADES DIFUSAS: AS FORMAS DE RESISTÊNCIA ENTRE CIDADE E CAMPO NO CONTEXTO DE LUTA PELA TERRA EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP

João Vitor Ramos da Silva<sup>1</sup>  
Antonio Thomaz Júnior<sup>2</sup>

### Resumo

O processo de luta pela terra protagonizado pelos movimentos socioterritoriais é um processo em curso no Pontal do Paranapanema, região extraoficial localizada no extremo oeste paulista. Apesar de não datar de hoje, a realidade atual chama a atenção para a composição cada vez mais heterogênea, do ponto de vista social, e transversal, do ponto de vista espacial, da luta pela terra nessa porção do território. Assim, quando o foco recai para os sujeitos que efetivamente tomam a dianteira do processo de luta pela terra na região, percebe-se um aumento significativo de pessoas advindas das cidades (não atingindo a totalidade dos casos), bem como com as mais distintas motivações (não necessariamente contraditórias). Os acampamentos do Pontal despontam, dessa forma, não apenas como redutos de marginalizados social e financeiramente, mas como espaços por excelência de efetivação da luta pela terra. Como trabalhadores e trabalhadoras, muitos dos que se encontram nos acampamentos apresentam como traço característico a pauperização, devida principalmente à inserção precária no mercado de trabalho. Todavia, a partir de nossas pesquisas, temos apreendido elementos que destoam desse *a priori*, sem, contudo, deixar de evidenciar uma realidade perversa ao ser social que trabalha. As entrevistas constataram motivações de ordem subjetiva, por que não dizer *ontológica*. Dessa forma, não se trata apenas de possuir ou não bens e poder aquisitivo, portanto uma lógica restrita à esfera do *ter*, mas sentir-se realizado dentro e fora do trabalho, avançando à esfera do *ser*. Do ponto de vista geográfico, mais que produtores de territórios, esses sujeitos sociais produzem *territorialidades*, na medida em que em seu cotidiano permutam da cidade para o campo e do campo para a cidade, da periferia pobre aos acampamentos e vice-versa, numa constante transitoriedade, não abstrata, mas concreta. Por essa via, ressignificam os espaços, questionam pela sua própria prática a dicotomia “cidade X campo” e buscam alternativas à realidade vivenciada nas cidades.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) - Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional - Pres. Prudente/SP - (18)3229-5852 - joaopontogeo@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da FCT/UNESP. Coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Pesquisador PQ-1/CNPq. Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional - Pres. Prudente/SP - (18)3229-5654 - thomazjrgeo@terra.com.br.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

2

## 1. INTRODUÇÃO

A problemática da luta pela terra no Brasil não representa um processo recente na história do país, remontando minimamente ao século XIX, quando da promulgação da Lei de Terras, em 1850. É sabido que até essa data, a aquisição de terras se deu basicamente mediante a posse e a doação efetuada pelo rei de Portugal, no regime das sesmarias. A partir de então, somente quem fosse provido de recursos financeiros poderia se tornar detentor de uma propriedade fundiária, através da compra (COSTA, 1977).

Nesse período, milhares de trabalhadores e trabalhadoras camponeses tiveram sua dignidade lesada, pois essa mudança no marco jurídico regente da propriedade fundiária no país colocou à margem da legalidade todos aqueles que de sua terra não possuíam a escritura (Ibid.).

Ao longo da história, no decorrer do século XX, esse processo continuou sua trajetória. Algumas outras leis foram importantes para a consolidação desse modelo agrário excludente, já perpetrado no Brasil desde o início do período colonial, sendo que o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, foi uma das principais, apesar de envolver um processo de conquista dos trabalhadores. Através dele, as leis trabalhistas passaram a se estender aos trabalhadores do campo, o que, na prática, significou a transformação de inúmeros trabalhadores rurais, “estáveis”, em trabalhadores volantes: os chamados boias-frias (SILVA, 2004).

Esse fato desencadeou um amplo processo de expropriação violenta e tenaz contra os trabalhadores que se viam indefesos juridicamente e à mercê das ações truculentas dos grandes proprietários de terra (grileiros), envolvendo não raras vezes assassinatos. De meeiros, parceiros, arrendatários, colonos, passaram para o espectro da informalidade,

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

3

desviando-se, portanto, da pretensa intenção oficial de regulamentar o trabalho no campo, transferindo até ele as “benesses” do trabalho na cidade.

Paralelamente ao âmbito jurídico da evolução da questão agrária brasileira, desenvolveu-se a modernização da agricultura, com destaque para a ação do governo militar pós-1964. Dessa forma, é possível notar um duplo processo combinado entre desenvolvimento capitalista das forças produtivas na agricultura – caracterizando a chamada industrialização do campo – e uma certa acumulação primitiva do capital no Brasil, marcada por uma expropriação violenta de vários trabalhadores de suas terras e sua destinação para grandes proprietários e empresas estrangeiras. Por seu turno, o Estado militar brasileiro não apenas fez vistas grossas para uma porção de casos desse cariz, como também financiou a empreitada (Ibid.).

Conforme caracteriza Maria Aparecida de Moraes Silva: “o projeto modernizador da agricultura assentou-se no tripé: militarização da questão agrária, expropriação de camponeses e aumento da exploração dos trabalhadores, muitos dos quais foram reduzidos à condição de escravos” (Ibid., p. 22).

Desde então, contingente expressivo da força de trabalho nas diversas regiões do país tem alimentado um movimento migratório que pode ser considerado do trabalho para o capital, na medida em que representa uma transferência de uma vida construída nos marcos da autonomia laboral e organizativa na terra, para uma lógica altamente incerta e insegura do ponto de vista da garantia de satisfação das necessidades humanas, que produz uma constante dependência das vicissitudes do mercado de trabalho, endividamentos de toda ordem, em um termo: a vida do capital!

Ao imprimir um foco de detalhamento ao estado de São Paulo, percebe-se que a história não é diferente, nem pudera, uma vez que despontava desde o final do século XIX e início do século XX como um dos estados mais importantes política e economicamente no cenário nacional. A “marcha para o oeste” em São Paulo, através da expansão da cultura cafeeira, foi detalhadamente descrita e analisada por Pierre Monbeig, em seu livro “Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo” – assim como nas obras de José Ferrari Leite e Dióres Santos Abreu. No bojo desse processo, muitos trabalhadores de outras regiões do país e de

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

4

outros estados migraram para esse porção do estado de São Paulo para trabalhar no desbravamento (leia-se devastação ambiental, depredação de populações tradicionais, povos indígenas etc.), como fruto do processo supracitado de expropriação de suas terras. Boa parte desses migrantes era oriunda de alguns estados do Nordeste e do norte de Minas Gerais. O autor assim descreve o movimento:

Triste migração essa das famílias que seguiram, frequentemente a pé, do sertão até Juazeiro, a beira do Rio São Francisco. Subiam o rio em vapores mal arranjados, numa interminável viagem até Pirapora, ponto terminal da rede ferroviária. Outros vinham do sul da Bahia ou de Minas Gerais, atingiam igualmente a pé, a estrada de ferro em Montes Claros. Desta estação ou de Pirapora, incôfortável é a viagem de trem até São Paulo. Longe de ser desejável era o equipamento higiênico dos acampamentos onde se encontrava essa multidão miserável, seja nos portos do São Francisco, seja nas estações terminais. Assim quando desembarcavam na hospedaria dos imigrantes de São Paulo, estavam os "baianos" extenuados de fadiga, que se acrescentava à sua deficiente alimentação e incrível miséria (MONBEIG, 1998 [1949], p. 151 *apud* ANDRADE, 2011, p. 53).

Seja à montante, seja à jusante do processo, a rotina de ocupação dos territórios no Brasil, no estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema esteve povoada de falcatruas jurídicas (grilagem de terras), expropriação de camponeses, devastação ambiental e degradação do trabalho (LEITE, 1998). Como assevera Silva (2004, p. 28), “a implantação das fazendas cafeeiras [no estado de São Paulo] e a construção das ferrovias realizaram-se sob o signo da destruição e da morte, consolidando-se, assim, o poder daqueles que se apropriaram da terra”.

Em meio a tantas ofensivas do capital – primeiramente na forma de latifúndio, depois como empresa capitalista moderna, ou agroindústria – foram se constituindo as formas de resistência por parte da população diretamente atingida por essas ações, isto é, os trabalhadores e trabalhadoras. Com um grande marco nas Ligas Camponesas no Nordeste da década de 1950, é em meados da década de 1980 que ganha corpo um dos maiores movimentos socioterritoriais de trabalhadores rurais do mundo, o MST (CARVALHO, 2002; SILVA, 2004).

Organizado primeiramente a partir das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), vinculadas à CPT (Comissão Pastoral da Terra), o Movimento tomou para si a grande

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

5

responsabilidade de fazer frente à ofensiva dos grandes proprietários de terras do país e à invasão das empresas multinacionais estrangeiras, ancoradas em um projeto de modernização da agricultura, embasado em um acordo entre as elites oligárquicas nacionais, as empresas estrangeiras e o Estado brasileiro (CARVALHO, 2002). Programas como o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool) e o PRODECER (Programa Desenvolvimento dos Cerrados) foram duas políticas emblemáticas desse período no Brasil, investindo em tecnologia para o desenvolvimento de agricultura moderna, pautada nos princípios da Revolução Verde (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Nesse contexto, o MST despontou como grande referência no combate aos agrotóxicos, pela efetivação de uma Reforma Agrária Popular, da Soberania Alimentar das populações, da manutenção da unidade camponesa de produção (agora materializada nos assentamentos rurais) e, guardadas as polêmicas, como uma referência na luta anticapital, juntamente com os demais movimentos sociais coesionados pela Via Campesina (CARVALHO, 2002).

Tendo a luta pela terra como principal forma de pressão junto ao Estado pela efetivação da Reforma Agrária, os acampamentos constituem-se como *loci* por excelência da disputa por território. Na medida em que a sociedade e os diferentes territórios e territorialidades que a compõem devem ser compreendidos e analisados em conjunto, em sua interdeterminação dialética, é premente buscar as interconexões não apenas presentes, como fundantes desse espaço. Interconexões essas que são de ordem social e territorial, ganhando este último aspecto um estatuto teórico na Geografia na relação cidade-campo.

Assim, o escopo territorial desse trabalho são os dois acampamentos localizados na região do Pontal do Paranapanema, Dorcelina Folador e Irmã Goreti, respectivamente situados nos municípios de Sandovalina e Marabá Paulista. Todavia, ao assumirmos que as relações socioterritoriais estabelecidas nos acampamentos nem começam, nem permanecem estáticas nesses espaços, o principal objetivo é trazer à tona a construção de *territorialidades difusas* por parte dos sujeitos sociais que protagonizam a luta pela terra nessa região, bem como evidenciar as principais motivações que os levam a seguir tal caminho.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

6

Como subsídio das reflexões apresentadas neste texto, destaca-se a pesquisa que tivemos oportunidade de realizar na categoria de Iniciação Científica, intitulada “Significados da Reforma Agrária em Bairros Periféricos de Presidente Prudente (SP): Uma Tentativa de Diálogo Entre a Luta Pela Terra e a Soberania Alimentar”, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Metodologicamente, a estratégia adotada foi a realização de trabalhos de campo aos acampamentos e bairros urbanos de Presidente Prudente por nós estudados (Jardim Morada do Sol e Jardim Humberto Salvador), e a realização de entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores desses locais, privilegiando a História Oral, a fim de apreender a percepção dos sujeitos acerca do processo do qual fazem parte e como sua trajetória de vida impôs/sofreu impactos sobre sua situação atual.

## **2. TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES...**

### **2.1. No Âmbito Conceitual**

Adentrar na discussão sobre os conceitos de território e de territorialidade é um caminho certamente ruidoso, vista a variedade de concepções existentes, especialmente na Geografia. Porém, é necessário que façamos, mesmo que superficialmente, esse percurso, a fim de contextualizarmos a discussão que pretendemos empreender no âmbito desse texto. Até porque, como adverte Haesbaert (2004), muito se fala em desterritorialização, mas muitas vezes de forma esvaziada, sem uma clareza conceitual sobre qual território se está falando. Assim, “se a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial – e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território” (p.35).

Para Raffestin:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

7

Distanciamo-nos do entendimento de Claude Raffestin sobre os conceitos de espaço e território, uma vez que para este autor o primeiro conceito é anterior ao segundo e, de nosso ponto de vista, são categorias concomitantes em sua manifestação no real, isto é, o espaço é território – pois é inescapável às relações de poder pretéritas e presentes que o constituem, sendo o conceito de “rugosidades” de Milton Santos (2008 [1996]) explicativo nesse sentido – e o território é espaço, todavia visto/delimitado pela ótica específica das relações de poder.

Apesar da polissemia que sempre envolveu esse conceito na Geografia, Haesbaert pondera que é necessário caminhar para uma definição híbrida do conceito de território, no sentido de se superar, ou buscar a superação, das dicotomias científicas que repercutem nas segregações concretas. Nas palavras do autor, “não caberia então à Geografia, por privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão ‘integradora’ de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta?”.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a relativa “fixidez” do território é extrapolada pelo caráter “difuso” da territorialidade. Obviamente isso não significa que são categorias de análise que se anulam, ao contrário, é na sua complementaridade que ganham força explicativa da realidade. Assim, o território ganha vida na medida em que há territorialidades que nele se manifestam, ao mesmo tempo em que a territorialidade, mesmo que não restrita a um espaço específico, ganha concretude no território.

Contribuindo para a discussão da territorialidade, Raffestin assim o faz, incluindo também o elemento das relações de poder:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (1993, p. 158/9).

Haesbaert (2005) ainda acrescenta a necessidade de romper as abordagens do conceito de território que se limitam ou somente ao seu aspecto simbólico, ou somente às

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

8

características materiais do mesmo (como tem sido, segundo o autor, amplamente hegemônico nas análises geográficas). Esse rompimento seria alcançado tomando como referencial exatamente a territorialidade, ou melhor, a *multiterritorialidade*:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, é “algo abstrato” [...] mas não no sentido radical que a reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado [...]. Ou seja, o poder no seu sentido simbólico também precisa ser devidamente considerado em nossas concepções de território. É justamente por fazer uma separação demasiado rígida entre território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) que muitos ignoram e a complexidade e a riqueza da “multiterritorialidade” em que estamos mergulhados (p. 6783).

Novamente valendo-nos de um de seus livros de maior envergadura (HAESBAERT, 2010 [2004]), o autor complementa, dizendo que:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (2004, p. 344).

De nosso ponto de vista, o balanço positivo dessa discussão teórico-conceitual recai exatamente sobre a adjetivação *ontológica* dos termos território e territorialidade, pois representa o grande elo fornecedor de subjetividade à extremidade físico-material do território, por um lado, e concretude histórica à extremidade difusa territorialidade, por outro. Isso pelo fato de que a centralidade histórico-geográfica de qualquer debate que se faça sobre as duas categorias (território e territorialidade), sobre qualquer expressão da realidade, deve necessariamente estar no ser humano enquanto ser social que produz territórios e territorialidades, concreta e subjetivamente.

## **2.2. No Contexto da Luta pela Terra em Presidente Prudente/SP e no Pontal do Paranapanema**

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

9

Feita essa breve incursão nos conceitos de território e territorialidade, verificar-se-á se há alguma correspondência com a realidade geográfica da luta pela terra em Presidente Prudente e no Pontal do Paranapanema.

O Pontal do Paranapanema constitui-se em uma região extraoficial do estado de São Paulo, localizada em seu extremo oeste. Apesar de não possuir o estatuto de uma região administrativa, no entanto, é alvo de outras regionalizações, quer por parte do Estado, quer pelos movimentos socioterritoriais. Assim, o programa Territórios da Cidadania<sup>3</sup> tem como uma de suas bases territoriais de ação essa região; da mesma forma que o MST a tem como núcleo territorial organizativo de ações.

Não é à toa que desponta como uma das principais regiões do país não apenas no tocante a níveis de pobreza elevados, como também nas ações de resistência à territorialização do latifúndio, do agrohídronegócio, da afirmação da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar construída em bases agroecológicas.

Tradicionalmente a forma hegemônica de luta pela terra (além de marchas, ocupações de prédios públicos, manifestações etc.), a ocupação de propriedades de terra sempre foi uma realidade marcante no Pontal, sendo que por conta disso os trabalhadores e trabalhadoras, bem como lideranças do Movimento, já sofreram várias ações truculentas por parte do Estado, contabilizando inclusive assassinatos. Vale ressaltar que grande parte das terras do Pontal do Paranapanema – muitas delas comprovadamente griladas – estão em mãos de grandes “coronéis” e de empresas estrangeiras, que nas últimas décadas têm imprimido sobre a paisagem da região a marca da cana-de-açúcar espalhada por milhares de hectares, pelas usinas e destilarias.

---

<sup>3</sup> Segundo informações do Portal da Cidadania, sítio eletrônico do programa “o Território Pontal Do Paranapanema - SP abrange uma área de 18.441,60 Km<sup>2</sup> e é composto por 32 municípios: Caiabu, Indiana, Tarabai, Estrela do Norte, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba e Teodoro Sampaio. A população total do território é de 571.107 habitantes, dos quais 54.884 vivem na área rural, o que corresponde a 9,61% do total. Possui 12.349 agricultores familiares, 5.853 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,80”. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

10

Apesar de somar conquistas significativas ao longo da história de luta pela terra, a região ainda conta com várias famílias acampadas em beiras de estradas aguardando arduamente a destinação das terras griladas/devolutas para fins de Reforma Agrária. Segundo Origuéla (2011), que desenvolveu um estudo sobre a questão agrária no Pontal do Paranapanema, com ênfase na luta pela terra nos acampamentos e seus novos elementos, hoje existem 27 acampamentos no estado de São Paulo, sendo que:

Destes 27, no Pontal do Paranapanema, são encontrados 2 acampamentos com 350 famílias cada. Os acampamentos Dorcelina e Irmã Goreti, nos municípios de Sandovalina e Marabá Paulista, respectivamente. Até 2010 eram quatro acampamentos na região, Dorcelina, Vitória, Irmã Goreti e Bartira. Com a possibilidade de saírem duas áreas, as fazendas São Domingos I em Sandovalina e a Nazaré em Marabá Paulista, as famílias dos quatro antigos acampamentos foram aglomeradas em apenas dois. Esta prática é comum nos acampamentos do MST, quando existe a possibilidade de uma área ser desapropriada, famílias de outros acampamentos são deslocadas para os acampamentos próximos à área (p. 84).

Tivemos a oportunidade realizar trabalhos de campo aos dois acampamentos supracitados – Dorcelina Folador (Figura 1) e Irmã Goreti (Figura 2) –, a fim de realizar entrevistas com trabalhadoras e trabalhadores oriundos da cidade de Presidente Prudente. O objetivo principal foi apreender dos sujeitos as motivações que lhes impulsionam à luta pela terra no Pontal, isto é, dar-lhes voz.



Figura 1: Acampamento Dorcelina Folador, no município de Sandovalina.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

11



Figura 2: Acampamento Irmã Goreti, no município de Marabá Paulista.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

Também realizamos, com o mesmo objetivo, entrevistas junto a moradores dos dois bairros urbanos da periferia pobre de Presidente Prudente focados em nossa pesquisa, quais sejam, Jardim Morada do Sol (Figura 3) e Jardim Humberto Salvador (Figura 4).



Figura 3: Jardim Morada do Sol, Zona Norte de Presidente Prudente/SP.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

12



Figura 4: Jardim Humberto Salvador, Zona Norte de Presidente Prudente/SP.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

O que a princípio poderia parecer uma dualidade espacial, na verdade significa, do ponto de vista da análise, a tentativa de ruptura com a fragmentação pretensamente existente entre cidade e campo, essa sendo, inclusive, uma das intenções da pesquisa. Não se trata apenas de captar o processo de luta pela terra à montante e à jusante, antes e depois, nos bairros e nos acampamentos, na cidade e no campo, mas evidenciar os nexos territoriais existentes entre esses dois momentos.

Aqui é possível se aproximar da discussão sobre a territorialidade, ou sobre as *territorialidades difusas* descritas pelos sujeitos pesquisados, pois na própria tentativa de dar visibilidade aos mesmos, de achá-los, encontraram-se dificuldades. Primeiramente, essas pessoas (pela sua inserção no contexto da luta pela terra) não comparecem às estatísticas oficiais, são “invisíveis”. Por ocasião seja da visita aos acampamentos, seja aos bairros periféricos, também não foi simples acessá-los, prova disso o número relativamente reduzido de entrevistas que conseguimos realizar, em torno de dez no total da pesquisa.

Nos acampamentos, durante a semana, muitos acampados deixam seus barracos e vão trabalhar em outros lugares, seja em cidades próximas (a maioria com serviços de construção civil), seja em biscates em propriedades rurais. Aos finais de semana, quando teoricamente seria mais fácil encontrá-los, às vezes estão envolvidos em alguma prática de lazer (como a pesca no Rio Paranapanema, que praticamente margeia um dos acampamentos) ou visitando

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

13

parentes. Ademais, pelo grande volume de famílias (350 em cada acampamento), não existe uma coesão completa no interior do mesmo, ou seja, não há um conhecimento entre todos os acampados, repercutindo na ausência de informações mais precisas. Esse não foi exatamente o caso, pois, através da secretaria do acampamento, obtivemos acesso a praticamente todos os prudentinos que se localizavam no local nos momentos em que estivemos por lá.

Já nos bairros, a imersão em atividades corriqueiras (como feiras-livres, apresentações artísticas etc.), juntamente com as informações “boca-a-boca” foram necessárias para atingir os sujeitos preteridos, normalmente “amocados” em locais escondidos. Nas entrevistas pôde-se captar como se dá a vivência cotidiana da participação dessas pessoas na luta pela terra no Pontal do Paranapanema, ao mesmo tempo em que permanecem residindo nos bairros urbanos de Presidente Prudente.

Dessa forma, identifica-se um constante ir e vir, senão diário, ao menos semanal de um local a outro. As fragmentações espaciais impostas de forma *apriorística* entre cidade e campo perdem força quando se trata dos sujeitos entrevistados, envolvidos com a luta pela terra, mas também moradores de bairros urbanos, com mais ou menos necessidades financeiras e alimentares, mas convictos de garantir a Soberania Alimentar à população a partir da Reforma Agrária. Isto é, a (des)realização, ou “o elemento a mais” que falta na vida dessas pessoas, não diferencia cidade e campo, criando entre esses espaços uma via de ligação direta com as pessoas que por eles transitam rotineiramente, semana após semana, sobrepondo-se, dessa forma, espaços de resistência (cidade) e de esperança (campo/acampamento).

Nesse sentido, afirma Thomaz Junior (2009, p. 8):

É desse processo que se fazem presentes as novas identidades do trabalho, territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente e que extrapola os limites do rural e do urbano, da cidade e do campo. Por sua vez, ele redefine constantemente as profissões, habilitações, especializações, deslocamentos, migrações, o espaço de relações e a demarcação das territorialidades da luta de classes, sem contar o quadro mais perverso da reestruturação produtiva do capital, no século XXI, ou seja, o desemprego estrutural ou o descarte do trabalho.

Conclui-se que as *territorialidades difusas* construídas e vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras de Presidente Prudente, no contexto da luta pela terra no Pontal

do Paranapanema, são um reflexo de uma vida dentro e fora do trabalho também *difusa*, ou, mais precisamente, instável, *desrealizada*.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando entendemos o trabalho como elemento central, em sua associação com os processos de desterritorialização-reterritorialização, descamponesização/recamponesização, luta pela terra, pela Reforma Agrária, pela Soberania Alimentar, não há limites *a priori* entre cidade e campo.

Do ponto de vista do trabalho, concluímos que se faz premente aos sujeitos com os quais estabelecemos contato a busca por novas relações de trabalho – diferente das atuais, ou recém-abandonadas, de falta de autonomia – que apontem no sentido da realização do trabalho, fugindo do descarte produzido pela hegemonia do capital agropecuário.

É por isso que afirmamos que é fundamental se considerar o trabalho desde uma perspectiva ontológica, isto é, dando premência ao ser sobre quaisquer outros elementos secundários, ou melhor, no caso do capital, de segunda ordem. E é por isso que István Mészáros desponta como um intelectual crucial para descrever e analisar a “incontrolabilidade do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2007) que, travestido de capitalismo, se torna ainda mais violenta. O metabolismo societário do capital é incontrolável na medida em que sua sanha para gerar e acumular valor de troca, de impô-lo sobre o valor de uso das coisas, faz com que se crie uma “tendência a redução da taxa de uso das coisas”, ou seja, quanto mais se produz, menos se usa e mais se valoriza o valor, gerando lucro.

Do ponto de vista ontológico, o capital é uma contradição viva, porque em sua essência ele é a própria negação do ser, subjugando-o à sua lógica de acumulação de lucros incessante, que pretende se autojustificar; contudo, é somente por meio da totalidade do trabalho, do ser social que trabalha, ou ainda, da classe trabalhadora, que ele respira a cada dia: é o trabalho como centralidade que se afirma sobre o capital e por ele é subjugado, em uma relação dialética.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

15

Somente considerando a incontrollabilidade do capital do ponto de vista ontológico é que se consegue ir além das aparências na compreensão das motivações que levam sujeitos a se moverem de um local a outro na busca por uma (re)significação de suas vidas, pela garantia da Soberania Alimentar. Não apenas motivações de ordem econômica, política, social, mas *ontológica*.

Assim, ainda que a luta pela terra não seja a única alternativa de sobrevivência, ela se constitui como mais uma alternativa que se coloca para a vida desses trabalhadores no sentido de alcançarem seu pleno desenvolvimento enquanto seres humanos. Obviamente, a quantidade de entrevistas realizadas não nos permite afirmar a existência de um projeto claramente anticapital por parte dos sujeitos protagonistas da luta pela terra, uma vez não serem portadores de uma consciência de classe plenamente consolidada. Todavia, os acampamentos, potencializados pelas condições precárias em que vivem nas periferias pobres de Presidente Prudente, constituem-se como espaços potencialmente criadores dessa consciência de classe capaz de aglutiná-los em prol de um projeto de maior amplitude societal – socialista.

Isso significa também que as múltiplas determinações que incidem sobre os sujeitos que protagonizam o movimento constante de imbricamento entre cidade e campo, deflagram a indissociabilidade das características ambientais, sociais, territoriais, escalares, econômicas, políticas, subjetivas envolvidas no processo. Não é pela via da unilateralidade de apenas um dos fatores, ou da uniterritorialidade (como aponta Haesbaert) que se consegue apreender esse movimento concreto de luta pela terra em Presidente Prudente e no Pontal do Paranapanema, mas nas interdeterminações complexas da realidade.

## Referências

ANDRADE, Julia Cossermelli de. *Pierre Monbeig, um francês diante da geografia do movimento*: um estudo sobre a obra Pioneiros e fazendeiros do Estado de São Paulo. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros [online]. 2011, n.52, pp. 43-68. Disponível em: <<[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0020-38742011000100003&script=sci\\_arttext#nt19](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0020-38742011000100003&script=sci_arttext#nt19)>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

# Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

16

CARVALHO, Horácio Martins de. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 [2004].  
\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<[http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert\\_multi.pdf](http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf)>>. Acesso em: 27 mai. 2012. p. 6774-6792.

LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec/Fundação Unesp, 1998.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. *Paradigma e metodologias da questão agrária: uma análise das ocupações de terras no Brasil com ênfase para o Pontal do Paranapanema – SP*. Monografia (bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011. 98 pp..

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. *Pontal do Paranapanema – SP*. Disponível em: <<<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4. Ed. 4. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1996].

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Dinâmica geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)*. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009, volumes 1 e 2. Disponível em: <<<http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/inci.html>>>. Acesso: 14 ago. 2009.